

Novo Hamburgo, 21 de janeiro de 2016.

A
Exa. Sra. Dilma Vana Rousseff
Presidente da República Federativa do Brasil

A imperiosa necessidade do reajuste da Tabela do Imposto de Renda / exercício 2016

Ao cumprimentá-la, a Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Novo Hamburgo, Campo Bom e Estância Velha – ACI-NH/CB/EV- renova os votos de estima e de consideração para com Vossa Excelência.

Presidente Dilma, manifestamo-nos aqui em razão da publicação do Orçamento da União para o exercício de 2016 no dia 15 de janeiro passado. Neste registro não encontramos destacados os eventuais efeitos de uma correção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) nas previsões de arrecadação.

Tal fato reforça-nos o consistente temor de que as faixas de incidência das alíquotas seguirão inalteradas em 2016, o que seria uma notícia de enorme frustração e prejuízo pessoal para todos os contribuintes brasileiros.

Conforme estudo recente do Sindifisco Nacional, a perda anual na correção da tabela do Imposto de Renda –entre os anos de 1996 e 2015 – impõe atualmente ao trabalhador assalariado nacional uma defasagem sobre índice que chega a ordem de 72%.

Em 21 de janeiro de 2015 - há quase um ano atrás - remetemos documento a V.Exa. em que pleiteávamos por um reajuste adequado frente os indicadores do ano anterior de 2014. O fato é que a diferença entre o IPCA e o fator de correção de incidência do I.R. anunciado por seu governo em 2015 ensejou um resíduo de 4,8%, trazendo em seu bojo a maior defasagem dos últimos dez anos.

Tivemos em 2015 mais um exercício fiscal que impôs e privilegiou a *sublimação oficial* dos verdadeiros índices de inflação anual em prol dos gastos irrefreavelmente rotineiros de parte do Governo Federal. As despesas governamentais seguem numa ascendente vertiginosa, e, com o devido respeito, Exa. Presidente, poucos foram os sinais de mudança para inspirar confiança aos investidores e trabalhadores até agora.



Por estas razões, este documento não vem dissociado da leitura e da análise de perdas históricas que a correção do Imposto de Renda vem impondo ao trabalhador brasileiro.

Ao contrário.

Num cenário econômico com taxa de desemprego que alcança os 7,5% e uma projeção de 2,99% de queda do PIB nacional em 2015 pelo Boletim Focus do Banco Central, a sensação de todo o empresário e de todo o trabalhador brasileiro é de que mudanças precisam acontecer. Tais mudanças começam pela redução do apetite crescente do poder público em direção aos rendimentos suados do empregador e do empregado, que produzem, geram riqueza e fazem de fato esse País encontrar o verdadeiro sucesso.

O sucesso do trabalho e da honestidade.

Nesse contexto, reafirmamos que sem as reformas pró-mercado, com regras claras, estáveis e indutoras do crescimento seguiremos perdendo posições no mercado interno e externo.

A correção proporcional do I.R é inegavelmente um indicador fundamental de atratividade a investidores e a manutenção de negócios.

Senhora Presidente Dilma, a correção justa de 10,67% (conforme IPCA de 2015) do Imposto de Renda 2016 depende somente da vontade do Governo e de sua iniciativa pessoal, não de nós, contribuintes.

O que depende de ambas as partes é o sucesso de um Brasil que queremos avançando de forma confiável e com um seguro arcabouço jurídico e fiscal para todos.

Porque nós queremos um Brasil possível.

Tanha Lauermann Schneider
Presidente em Exercício

